

IELS nº 206 – 31/10/2025

Legislação Federal

Portaria MCTI-SE nº 9.278, de 28/07/25 DOU de 31/10/25 p.11 - seção 1 – nº 208 – Institui o GT PNBB MCTI, com a finalidade de propor o texto para implementação da Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção.

Resolução MCTI-CNPq nº 25, de 24/10/25 DOU de 31/10/25 p.11 - seção 1 – nº 208 – **Republicação** - Altera a Resolução Normativa nº 28, de 18 de dezembro de 2015, que estabelece as alterações normativas relativa à suspensão de bolsas de produtividade.

Portaria MS-GM nº 8.589, de 29/10/25 DOU de 31/10/25 p.123 - seção 1 – nº 208 – Exclui da habilitação de estabelecimento, o código 1615 - Centro de Atendimento de Urgência tipo I aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Portaria MS-GM nº 8.593, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.125 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.594, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.125 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros destinados à execução de obras de construção de Centros Especializados em Reabilitação - CER.

Portaria MS-GM nº 8.595, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.126 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.596, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.129 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.598, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.130 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.599, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.137 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.600, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.137 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Portaria MS-GM nº 8.605, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.139 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.606, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.140 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.607, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.141 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o repasse referente às ações e serviços públicos de saúde por meio de transferências fundo a fundo, em parcela única, para o custeio da Média e Alta Complexidade em Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.610, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.143 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria MS-GM nº 8.611, de 30/10/25 DOU de 31/10/25 p.143 - seção 1 – nº 208 – Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Portaria Conjunta MS-SAES-SECTICS nº 22, de 22/10/25 DOU de 31/10/25 p.145 - seção 1 – nº 208 – Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Osteoporose.

Portaria Conjunta MS-SAES-SECTICS nº 23, de 22/10/25 DOU de 31/10/25 p.145 - seção 1 – nº 208 – Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Acromegalia.

Legislação Estadual

Decreto nº 70.035, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria da Saúde, visando ao atendimento de Despesas Correntes.

Decreto nº 70.037, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Dispõe sobre a outorga da Medalha de Honra e Mérito da Gestão Pública em Saúde "Walter Leser".

Decreto nº 70.043, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Transfere, da Secretaria da Saúde para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - HCFMRP-USP, o Hospital Santa Tereza de Ribeirão Preto e o Hospital Estadual de Ribeirão Preto.

Resolução SCTI nº 63, de 21/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Altera a composição do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Resolução SGRI nº 12, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Altera a composição da Unidade de Gestão de Integridade no âmbito da Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

Deliberação CIB nº 112, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Aprova os remanejamentos de recursos do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade (Teto MAC), entre gestores.

Deliberação CIB nº 113, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Aprova a Nota Técnica CIB – Orientações para o Referenciamento Territorial para Desinstitucionalização e Acolhimento Solidário.

Portaria GVS-XXVI nº 3, de 30/10/25 DOE de 31/10/25 p. - seção 1 – nº 216 – Institui a equipe de autoridades sanitárias estaduais do Grupo de Vigilância Sanitária - GVS XXVI São João da Boa Vista, no âmbito desta regional do Estado de São Paulo.

Projeto de Lei nº 1.191, de 2025 DOE de 31/10/25 p.4 - seção Leg. – nº 202 – Altera a Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher, para instituir a Política Estadual de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, e dá outras providências.

OBSERVAÇÕES:

O **Informe Eletrônico de Legislação em Saúde** (IELS) é um serviço de disseminação seletiva de informação de legislação em saúde e áreas afins, elaborado a partir da publicação de atos normativos oficiais referentes aos Governos Federal, Estadual (São Paulo) e município de São Paulo, com o objetivo de divulgar diariamente esse conteúdo.

O Centro de Documentação, unidade cooperante da Biblioteca Virtual em Saúde Rede de Informação e Conhecimento, da SES/SP é responsável apenas pela elaboração e divulgação do IELS e não tem nenhuma responsabilidade sobre os conteúdos aqui divulgados, assim como não possui quaisquer informações adicionais às publicadas.

Dúvidas ou questionamentos, devem ser direcionados diretamente aos órgãos responsáveis pela emissão dos atos normativos.

Expediente:

Elaborado pelo Centro de Documentação/Biblioteca - BVS RIC da SES-SP

Seleção de Conteúdo e elaboração: Alessandra Valéria D'El Rei, Lílian Nunes Schiavon

E-mails de contato: iels@saude.sp.gov.br; ctd@saude.sp.gov.br

Telefones: (11) 3065-4701 / 3066-8117

Outras Opções de Acesso à Legislação

Base de Dados LEGSES-SP: <http://tc-legis2.bvs.br> (dados até 2017)

Base de Dados LEGSES-SP: <https://ses.sp.bvs.br/leisref> (dados a partir de 2018)

Para outras informações de legislação em saúde, acesse <https://ses.sp.bvs.br/vhl/legislacao-em-saude/>

Para acesso a outras fontes de informação em saúde, acesse a [**BVS Rede de Informação e Conhecimento**](#)